

INFLUÊNCIA DA DIMENSÃO DA EMPRESA no CONHECIMENTO DA IAS 41

Author:

Graça Maria do Carmo Azevedo

E-mail: graca.azevedo@isca.ua.pt

Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro

Apartado 58

3811-953 Aveiro

Portugal

INFLUÊNCIA DA DIMENSÃO DA EMPRESA no CONHECIMENTO DA IAS 41

Resumo

A crescente internacionalização originou uma forte pressão sobre diferentes formas de regulamentação das actividades económicas das empresas. O aumento das necessidades dos destinatários da informação financeira implicou que a informação obedecesse a requisitos específicos como forma de resposta a diversos interesses distintos que podem mesmo representar interesses antagónicos. Neste sentido, o sistema contabilístico procurou dar respostas para fazer face às actuais necessidades da informação financeira.

Apesar de toda a controvérsia provocada pelo Projecto de Norma E56, o IASB concluiu que o justo valor deve ser o método de mensuração a utilizar no caso dos activos biológicos e produtos agrícolas devido às características e natureza específicas desta actividade.

A IAS 41 tem como objectivo o aperfeiçoamento e a harmonização dos métodos utilizados para o reconhecimento, valorização, apresentação e publicação nos estados financeiros do impacto financeiro nos factos e transacções associadas com a actividade agrícola (IASB, 2000).

Procuramos com este trabalho analisar a influência que a dimensão da empresa tem no conhecimento da IAS 41. Para o efeito, usamos uma amostra de 255 empresas, com aplicação de um modelo com um factor de forma a verificarmos a existência ou não de diferenças significativas no conhecimento e utilização da IAS 41 entre as diferentes classes de dimensão em que as empresas se enquadram.

Os resultados obtidos, mostram-nos que: (i) a dimensão da empresa não afecta a utilização da norma; e (ii) a dimensão da empresa não deve ser tomada como um factor determinante no conhecimento da norma.

Palavras-chave: Conhecimento da IAS 41, Dimensão da Empresa, Agricultura

Introdução

Os avanços da normalização contabilística levaram à publicação de uma norma internacional do International Accounting Standard Board, IAS 41 sobre agricultura, que vem reforçar ainda mais a importância da normalização deste sector em Portugal, visto estarmos perante um vasto número de pequenas ou micro empresas que não estão em condições de aceitar normas complexas.

Com a aplicação da IAS 41, vamos utilizar uma base de reconhecimento diferente do custo histórico, ao qual o marco conceptual do IASB é neutral, partindo da presunção de utilização do critério valorimétrico do Justo Valor para reconhecimento e mensuração dos activos biológicos e produção agrícola.

Todas as empresas cotadas num mercado regulamentado, bem como as empresas que preparem a sua admissão à negociação, estão obrigadas a elaborar os seus mapas financeiros consolidados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. No entanto, a Comissão Europeia (EC, 2001) deixou a faculdade aos estados membros para autorizarem ou requererem a aplicação das IAS adoptadas para efeito de elaboração das contas anuais, bem como autorizarem ou requererem a aplicação das mesmas por parte de empresas não cotadas.

Assim, achamos que seria interessante analisar se as empresas agrícolas, mais propriamente as do sector vitivinícola têm conhecimento das referidas normas, em particular da IAS 41 por estar directamente relacionada com este ramo de actividade, pretendendo averiguar se o conhecimento e utilização ou previsão de tal utilização da norma supra referida é influenciada pela dimensão da empresa, analisando se existem diferenças significativas em termos do conhecimento (e utilização) da IAS 41 relativamente à dimensão.

Existem vários estudos que relacionam a dimensão da empresa com a rendibilidade da mesma (Lisboa e Augusto, 2003; Rei, 1992 *in* Lisboa e Augusto, 2003) mas, cujos resultados não concluíram a existência de nenhuma relação significativa entre a dimensão e a rendibilidade das empresas estudadas.

Revisão da Literatura

Foram diversas as tentativas de encontrar um modelo contabilístico para o sector, tanto a nível nacional como internacional, contudo é ao nível do IASB que surge o primeiro normativo

internacional relevante e abrangente. Todo este processo teve o seu desenvolvimento acelerado nos últimos anos da seguinte forma:

- Em 1996: *Draft Statement of Principles* (DSOP), onde eram enunciados os assuntos a normalizar, as formas de normalização e as alternativas para tal normalização.
- Em 1999: *Exposure Draft E65*, com a denominação de Agricultura, foi publicada em Julho de 1999 e submetida à apreciação dos utentes da informação financeira até 31 de janeiro de 2000.
- Em 2000: *International Accounting Standard n° 41 “Agriculture”*, aprovada em Dezembro de 2000 e com entrada em vigor para as demonstrações financeiras que comecem ou após 1 de Janeiro de 2003.

O DSOP solicitou comentários sobre a viabilidade de desenvolvimento de uma Norma Internacional de Contabilidade sobre agricultura. A este respeito as opiniões foram divergentes, havendo quem defendesse que a diversidade da actividade agrícola não poderia ser tratada numa única norma. Outros achavam que a norma a desenvolver deveria ser simples a aplicar mas vasta na aplicação. Outros ainda acharam que deveriam estar associados princípios diferentes a actividades agrícolas com curtos e longos ciclos de produção. Também chamaram a atenção por este sector ser em muitos países um dos principais sectores, com significativo peso na economia de alguns países.

A *Exposure Draft E65* denominada “Agricultura”, foi publicada em Julho de 1999 e submetida à apreciação dos utentes da informação financeira até 31 de Janeiro de 2000, tendo-se tornado muito polémica devido à não conformidade de opiniões dos diferentes utentes da informação financeira. A *Exposure Draft* (IASB, 1999) propõe em termos gerais que:

- Todos os activos biológicos sejam mensurados ao Justo Valor;
- Toda a produção agrícola no ponto de colheita seja mensurada ao Justo Valor; e
- O reconhecimento das alterações no Justo Valor de activos biológicos deve ser levado a custos ou proveitos.

Este projecto de norma define como limite da sua área de intervenção o processo que culmina com a colheita, não sendo esta posição pacífica e havendo mesmo defensores de posições que incluíam alguns produtos obtidos após a colheita na actividade agrícola. Assim, foram vários os organismos que foram contra este projecto de norma, tal como: F Hoffmann-La Roche da

Suíça, IMA dos EUA, ACCA do Reino Unido, IACJCE de Espanha, AICPA da América, etc..

Relativamente à IAS 41, o IASB encorajou a sua aplicação antecipadamente, tendo a empresa que divulgar esse facto. Esta norma tem como âmbito de normalização o tratamento contabilístico, a apresentação das demonstrações financeiras e os aspectos a divulgar nas actividades relacionadas com a agricultura.

A actividade agrícola é uma actividade muito vasta com uma grande diversidade de actividades e produtos. Daí que o termo agricultura não possui uma definição linear. Contudo, a IAS 41 começa por definir actividade agrícola (IASB, 2000: § 5) como a gestão de uma empresa através da transformação biológica¹ de activos biológicos² para venda, em produtos agrícolas³, ou em activos biológicos adicionais.

A norma estabelece como limite da sua área de intervenção – relacionado com a definição do tratamento contabilístico prescrito para o reconhecimento contabilístico dos activos biológicos (durante o seu período de crescimento, degeneração, produção e procriação) e mensuração inicial do produto agrícola (no momento da sua colheita) – o processo que culmina com a colheita⁴ (IASB, 2000: §4).

O objectivo da norma é o aperfeiçoamento e harmonização dos métodos empregues para o reconhecimento, valorização e registo nos estados financeiros do impacto financeiro dos acontecimentos e transações associadas com a actividade agrícola.

O próprio IASB descreve no projecto da norma como seu objectivo o de prescrever o tratamento contabilístico, a apresentação das declarações financeiras, a divulgação da informação para as actividades agrícolas, e a gestão da transformação de activos biológicos (animais vivos ou plantas) em desenvolvimento ou activos biológicos adicionais (IASB, 1999).

Os activos biológicos são activos controlados por uma empresa como resultado de factos passados e dos quais se esperam benefícios económicos futuros (IASB, 1999). A IAS 41 estabelece que sempre que o Justo Valor de um activo biológico possa ser mensurado com

¹ Transformação biológica – compreende os processos de crescimento natural, degeneração, produção e procriação que causem alterações qualitativas e quantitativas num activo biológico (IASB, 2000: §5).

² Activo biológico – é um animal vivo ou planta (IASB, 2000: §5).

³ Produto agrícola – é o produto colhido dos activos biológicos da empresa (IASB, 2000: §5).

⁴ Colheita – é a separação de um produto de um activo biológico ou a cessação dos processos de vida de um activo biológico (IASB, 2000: §5).

fiabilidade, a empresa deve mensurar no reconhecimento inicial e em cada data de balanço pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda (IASC, 2000: §12).

A IAS 41 define como justo valor (IASC, 2000:§8) a quantia pela qual um activo pode ser trocado, ou liquidado um passivo, entre entidades conhecedoras e dispostas a isso, numa transação ao alcance das mesmas mas em que nenhum relacionamento exista entre elas, isto é, actuando cada uma com independência. Mais uma vez verificamos a semelhança entre esta definição e as definições encontradas noutras normas.

No caso da agricultura a determinação do Justo Valor poder-se-á tornar mais simples se forem organizados grupos de activos biológicos ou produtos agrícolas com características similares, constituindo assim, características diferenciadoras aquando do estabelecimento do preço de mercado.

Os ganhos e perdas provenientes do reconhecimento inicial de um activo biológico ou produto agrícola pelo justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda devem ser incluídos, na demonstração dos resultados, no período contabilístico em que são gerados, assim como, uma alteração do justo valor menos os custos estimados no ponto-de-venda de um activo biológico.

A IAS 41 faz a distinção entre subsídios governamentais condicionais (reconhecidos pela empresa, quando e só quando, todos os requisitos estiveram preenchidos) e incondicionais (reconhecidos como proveito no momento do seu recebimento).

Assim o IASB (IASC, 2000: §34) na IAS 41 refere que *“um subsídio governamental não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custo estimados no ponto-de-venda deve ser reconhecido como rendimento quando, e somente quando, o subsídio governamental se torne recebível”*.

Já se o subsídio governamental relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda for condicional, a IAS (IASC, 2000: §35) prevê que a empresa reconheça o subsídio governamental como rendimento quando, e somente quando, sejam satisfeitas as condições ligadas ao subsídio governamental.

A IAS 41 estabelece (IASC, 2000: §40) que as empresas *“devem divulgar o ganho agregado ou a perda que surjam durante o período corrente aquando do reconhecimento inicial dos activos biológicos e do produto agrícola e surjam da alteração de justo valor menos custos estimados no ponto-de-venda dos activos biológicos”*.

A norma também estabelece a apresentação em separado de activos biológicos e não biológicos incluídos nas contas das entidades, o que se vai traduzir no acréscimo de custos de preparação da informação financeira. Além disto, as empresas devem apresentar a quantia escriturada nos seus activos biológicos separadamente na face da sua demonstração de balanço.

Justo Valor versus Custo Histórico

O justo valor tem vindo a ganhar posição e aceitabilidade entre os critérios valorimétricos que, como defende Allatt (2001), tem uma clara transparência, fiabilidade e razoabilidade, considerando que este depende da perspectiva de valor e da fonte de informação.

O IASB requer a valorização ao justo valor para activos biológicos devido à natureza e às características da actividade agrícola. Uma característica única da actividade agrícola é a gestão da transformação biológica. Neste sentido, Mihular *in* Prinsloo (2001), chairman of IASC's Steering Committee on Agriculture, refere que as DF's das empresas com actividade agrícola devem reflectir os efeitos da transformação biológica, os quais são representados pelas alterações do justo valor dos activos biológicos. Refere ainda que o modelo do custo histórico não reflecte os efeitos da transformação biológica devido à diferença temporal que medeia entre a fase inicial e a fase de colheita.

O reconhecimento ao justo valor para a valorização de activos biológicos constitui uma atitude ousada por parte do IASB, tendo sido muito criticada pelos diferentes intervenientes no projecto da norma. O próprio IASB referiu algumas vantagens relacionadas com a sua escolha que, do seu ponto de vista, superavam as suas desvantagens, conforme sintetizamos de seguida (IASB, 2000, §B13-B16):

- Os efeitos de alterações produzidas pela transformação biológica reflectem-se melhor tendo em conta as alterações no justo valor de activos biológicos que têm uma relação directa com as alterações de expectativas de benefícios económicos futuros da empresa.
- As operações executadas para efectuar a transformação biológica têm muitas vezes uma fraca relação com a própria transformação biológica, logo um relacionamento mais distanciado com os futuros benefícios económicos esperados.

- O justo valor tem maiores relevância, fiabilidade, comparabilidade e compreensibilidade, como uma mensuração de benefícios económicos esperados de activos biológicos, do que o modelo do custo histórico, porque:
- a) Muitos activos biológicos são negociados em mercados activos com preços de mercado observáveis, o que proporciona uma mensuração fiável de expectativas de mercado de benefícios económicos futuros, aumentando assim a fiabilidade do valor do mercado como um indicador de justo valor.
 - b) A mensuração ao custo de activos biológicos é por vezes menos fiável porque produtos conjuntos e custos conjuntos podem criar situações em que o relacionamento entre entradas (*inputs*) e saídas (*outputs*) está mal definido, conduzindo a imputações complexas e arbitrárias de custos entre as diferentes produções de transformação biológica.
 - c) Ciclos de produção relativamente longos e contínuos, com volatilidade, quer na produção, quer no mercado, significam que o período contabilístico não representa um ciclo completo. Assim, a mensuração dos activos biológicos na data das demonstrações financeiras, e não na data da transacção, proporciona uma melhor medida para avaliar o desempenho ou a posição financeira da empresa agrícola durante o período contabilístico.
 - d) Fontes diferentes de animais de substituição e plantas dão origem a custos diferentes num modelo de custo histórico. Activos semelhantes devem dar origem a expectativas semelhantes com respeito a benefícios futuros. Quando activos semelhantes são mensurados e relatados pelo uso dos mesmos critérios, a comparabilidade e compreensibilidade são consideravelmente aumentadas.

Nas diferentes estruturas conceptuais, a fiabilidade e a relevância constituem características básicas e essenciais às quais deve obedecer a informação financeira para que seja útil aos eventuais utilizadores. Se, por um lado, o custo histórico garante maior fiabilidade, por outro lado evidencia falta de relevância, na medida em que incorpora momentos passados, por vezes materialmente desfasados. Neste sentido, para Barth e Landsman (1995) *in* Pires e Rodrigues (2002), o custo histórico está longe de se ajustar à valorização dos elementos geradores de valor das empresas, parecendo-lhes mais adequado recorrer ao justo valor entendido como o valor de uso, ou seja, a variação no valor da empresa provocada por cada elemento patrimonial.

Para Cabedo Samper e Tirado Beltran (2003), o justo valor aparece como critério de valorização alternativo ao custo histórico por apresentar um elevado grau de objectividade, fiabilidade e neutralidade, sempre que haja um mercado de referência onde seja definido o seu preço de mercado. Consideram que, nestas condições, o justo valor oferece maior e melhor conteúdo informativo, sendo por isso a informação mais relevante.

Neste sentido, Schiller (2004) e Barlev e Haddad (2003) entram nesta discussão ao afirmarem que os investidores procuram constantemente DF's com informação relevante que lhes permita reformular as suas decisões de investimento. Consideram que o critério valorimétrico do justo valor para valorização de activos e passivos com mercado eficiente permite minimizar as distorções na preparação das DF's.

Segundo Bernstein (2002) o justo valor faz reflectir nas demonstrações financeiras das empresas o “verdadeiro” valor dos seus activos. Considera que muitas pessoas não acreditam nas DF's por serem muito complexas e subjectivas, no entanto acredita que o custo histórico não é uma opção melhor.

Para Wilson (2001), a valorização ao justo valor tem características relevantes para a divulgação do desempenho por incluir todas as alterações de valor no próprio resultado – desempenho. Neste sentido, considera que este critério valorimétrico é preferível ao do custo histórico.

Opinião favorável relativamente ao critério valorimétrico do justo valor é partilhada por Hague (2000). Contudo, faz referência às dificuldades causadas no desempenho da empresa porque os investidores comparam o justo valor do início do ano com o do fim do ano para verem a percentagem de retorno gerado durante o período, através das alterações do justo valor. Também para Wahlen *et al.* (2000) o critério valorimétrico do justo valor pode ser usado por ser de fácil mensuração e por mensurar valores combinados de itens. No entanto, têm consciência das suas dificuldades.

De acordo com Gonzalo Ângulo (2000), o objectivo das DF's ao referir “informação útil” põe em questão o uso exclusivo da valorização ao custo histórico que, juntamente com o próprio processo de globalização e consequente melhoria de eficiência dos mercados, abre portas a uma valorização baseada em preços de mercado.

Da mesma opinião partilha Fernandes (2003), referindo que a dinâmica dos mercados fez com que os instrumentos financeiros estivessem sujeitos a flutuações, revelando a contabilidade a

custos históricos insuficiências informativas e com pouca relevância para a tomada de decisões.

Cea Garcia (2000) considera ser mais fácil, no caso de auditoria, identificar o valor de mercado dos activos e compará-lo com os valores fornecidos pelo justo valor, detectando assim mais facilmente a existência de valores ocultos ou valores redundantes para proceder à sua regularização, reforçando desta forma a comparabilidade interna e externa.

Opinião mais prudente tem Cravo (2005) ao considerar que as DF's baseadas no justo valor são valorizadas ao "ritmo dos mercados" devido ao facto de a própria valorimetria estar subjacente a esse "ritmo". Considera que o maior problema está na adopção indiscriminada do critério valorimétrico do justo valor ou do custo histórico para diferentes elementos das mesmas DF's. Também prevê problemas na medição do desempenho ao justo valor, mais especificamente no cálculo dos benefícios dos investidores actuais em detrimento dos investidores futuros (de acordo com a nova redacção do art. 64 do CSC). Contudo, não vê problemas na valorização ao justo valor aplicado a todos os elementos das mesmas DF's.

Conforme já foi referido, o processo de implementação da norma não foi nada pacífico e foram aparecendo argumentos que de alguma forma contrariavam a utilização do critério de reconhecimento ao justo valor, considerando as seguintes desvantagens (IASB, 2000, §B17):

- O custo histórico é o resultado de transacções entre partes independentes e por isso proporciona prova de valores de mercado livre nesse período de tempo, sendo independentemente verificável. O justo valor não é algumas vezes fiavelmente mensurável e os utentes das demonstrações financeiras podem ser induzidos em erro pela apresentação de números que sejam indicados como sendo de justo valor, mas são baseados em suposições subjectivas. Também são da opinião que:
 - a) Os preços de mercado são muitas vezes voláteis e cíclicos, não sendo apropriados como um critério de mensuração.
 - b) Pode ser oneroso exigir valorização ao justo valor em cada data de balanço, especialmente se forem exigidos relatórios intercalares.
 - c) O modelo de custo histórico está bem estabelecido, sendo geralmente usado. O uso de qualquer outro modelo deve ser acompanhado pela divulgação de qualquer alteração na "Estrutura Conceptual". Os activos biológicos devem ser mensurados pelo seu custo para haver consistência com outras NIC's.

- d) A valorização pelo custo proporciona uma mensuração mais objectiva e consistente.
- e) Podem não existir mercados activos para alguns activos biológicos em alguns países. Em tais casos, o justo valor não pode ser fiavelmente mensurado, especialmente durante o período de crescimento, no caso de um activo biológico que tenha um período de crescimento longo.
- f) A mensuração pelo justo valor resulta no reconhecimento de ganhos e perdas não realizados, contradizendo os princípios de reconhecimento do rédito nas normas internacionais de contabilidade.
- g) Os preços de mercado à data de um balanço podem não ter um relacionamento íntimo com os preços pelos quais os activos poderão ser vendidos, não sendo muitos activos biológicos detidos para venda.

Apesar de este assunto não ser consensual, o IASB concluiu que o justo valor deve ser o método de mensuração a utilizar no caso dos activos biológicos e produtos agrícolas devido às características e natureza específicas desta actividade.

Concorda, contudo, que em certos casos o justo valor pode não ser fiavelmente mensurado devido à não existência de mercados de activos biológicos, especialmente para os que tenham um longo período de crescimento, ao uso de pressupostos subjectivos no cálculo do valor presente dos fluxos de caixa líquidos, e à valorização antes da colheita não ser fidedigna.

Defensores da continuidade da utilização do custo histórico são Kell *et al.* (1996) para quem a utilização do critério valorimétrico do custo histórico proporciona maior fiabilidade e simplicidade, por ser um critério objectivo, imparcial e verificável, uma vez que o valor registado se baseia em factos constantes de documentação passível de verificação.

Crítico à corrente do justo valor é Ferreira (1998), para quem a expressão “justo” não é correcta relativamente à qualificação dos valores referentes ao mercado, pois tais valores não são definidos tendo por base critérios de justiça, mas sim as leis do mercado, ou seja, a oferta e a procura. Assim, segundo Ferreira (1999), se existir excesso de oferta com dificuldades em escoar a produção, o preço de mercado diminui, não se podendo no entanto dizer que esse é o justo valor. Da mesma opinião partilha Carqueja (1995), devido à forma como é determinado o justo valor.

A adopção do justo valor não é contudo unânime, uma vez que as NIC's permitem a utilização, quer do custo histórico, quer do justo valor. Segundo González e Herreras (2002), a escolha desse critério está condicionada pela capacidade de benefício que essa própria escolha produz, em detrimento da qualidade da informação e da capacidade de reflectir de forma fiável e objectiva a realidade económica. Assim, são vários os autores que consideram que a valorização ao justo valor, no caso de inexistência de mercado activo, leva à subjectividade e à manipulação da gestão, afectando a relevância do próprio justo valor. De entre outros, destacamos Petroni e Wahlen (1995), Eccher *et al.* (1996), Nelson (1996) e Barth (1994).

Somos da opinião que a valorização pelo critério valorimétrico do justo valor para valorização de activos e passivos é preferível ao custo histórico no caso de existir mercado eficiente, uma vez que fornece informação útil e relevante para a tomada de decisão. Consideramos que a valorização ao justo valor de activos agrícolas é uma extensão natural das práticas correntes, tornando-se um método valorimétrico apropriado para ser utilizado. No caso dos activos biológicos com pequena transformação biológica o custo pode-se aproximar do justo valor, particularmente se o impacto da transformação biológica no preço não for material.

IAS 41 *Versus* Directivas da U.E.

As IAS, de forma geral, devem ser reconhecidas na U.E. de acordo com o marco legal comunitário das Directivas, e por isso, com as respectivas opções que estas permitem aos estados membros.

A IAS 41 confirma a actual posição do IASB de aplicar de forma generalizada o Justo Valor para todos os activos que tenham um mercado fiável (Lara e Naveira, 2000; Churiaque, 2001).

A grande inovação desta norma é que altera as práticas contabilísticas tradicionais praticadas no sector. Os activos biológicos e os produtos agrícolas passam a ter um único critério valorimétrico: o Justo Valor.

A Comissão Europeia foi muito crítica quanto à IAS 41, por achar que não tinha sido demonstrado que a mensuração dos activos biológicos e produtos agrícolas ao Justo Valor seria a única base adequada. Também consideravam que os preparadores das demonstrações

financeiras iriam ter grandes dificuldades ao prepararem as suas contas (Comissão Europeia, 2000).

O reconhecimento e mensuração contabilístico defendido na IAS 41 estavam muito distante das regras contabilísticas vigentes até então na União Europeia. A IAS 41 ao defender a abordagem do Justo Valor para a avaliação de activos biológicos, com o reconhecimento dos ganhos não realizados na demonstração de resultados, tornava-se incompatível com as normas da União Europeia, ou seja, com as Directivas Contabilísticas.

Verificamos assim, que aquando da publicação da norma, existiam algumas incompatibilidades da IAS 41 com a 4ª Directiva (CCEE, 1978). Esta estabelece no seu artigo 31º, nº1 subalínea aa) da alínea c) que o princípio da prudência deve em qualquer caso ser observado e em particular apenas os lucros realizados à data de encerramento do balanço podem nele ser inscritos. Contudo, este princípio é contrário ao estipulado no parágrafo 26 da IAS 41 preconizando que todos os ganhos e perdas resultantes da diferença existente entre o valor dos activos biológicos inicialmente reconhecido e o seu Justo Valor devem ser incluídos na demonstração dos resultados do período contabilístico em que são gerados.

Também a Quarta Directiva no seu artigo 33º estabelece que as valorizações do activo imobilizado apenas podem figurar na demonstração dos resultados, na medida em que tenham sido efectivamente realizadas, enquanto que a IAS 41 estabelece o reconhecimento na demonstração dos resultados independentemente de se ter, ou não, verificado a sua realização.

Contudo, na data de emissão da IAS 41, em Dezembro de 2000, esta já teve outras considerações de grande interesse que serviram de apoio ao Justo Valor. Nesta data, já eram conhecidas as versões preliminares (Fevereiro e Outubro de 2000) da Proposta de directiva do Parlamento Europeu e do Conselho para a modificação das Quarta (CCEE, 1978) e Sétima (CCEE, 1983) Directivas no que se refere às normas de mensuração aplicáveis às contas anuais e consolidadas de determinadas formas de sociedade (EC, 2001). Estes reconhecem a necessidade de modificar as Directivas para poder utilizar o Justo Valor como critério valorimétrico substituto do custo histórico, mas parece que tal critério só se aplicará aos instrumentos financeiros e aos derivados cotados nos mercados organizados (Churiaque, 2001: 48; Lara e Naviera, 2001).

Segundo Antão (2000: 34), o grande número de opções e derrogações apresentadas nas Directivas continuará a dificultar a comparabilidade da informação financeira entre as empresas europeias, ainda que apresentem as suas contas de acordo com as Directivas

comunitárias. A normalização contabilística comunitária não tem uma entidade própria e as alterações à quarta e Sétima Directivas visam apenas “legalizar” a adopção do Justo Valor como critério de valorimetria.

Mais tarde surge a Directiva 2003/51/EC de 18 de Junho de 2003 (EC, 2003) que altera outra vez a Quarta (CCEE, 1978) e Sétima (CCEE, 1983) Directivas, e que deve ser transposta para os estados membros até 1 de Janeiro de 2005, permitindo que avaliem certos elementos do activo, diversos dos instrumentos financeiros, com base no seu justo valor, generalizando-se assim a aceitabilidade do justo valor.

Já vimos que a IAS 41 estabelece que o justo valor dependerá em primeira instância de um mercado activo para determinado activo biológico ou produto agrícola. Neste o preço de cotação será a base adequada para esse valor (Rodríguez Barea, 2004).

Neste sentido, é de salientar que para determinarmos o justo valor dos produtos agrícolas, a União Europeia, baseada na informação reunida pelos serviços da Direcção Geral da Agricultura, no marco de aplicação da Política Agrícola Comum, tem a publicação “Mercados Agrícolas – Preços” com dados trimestrais relativos a preços registados em vários mercados da União Europeia. Estes preços podem servir de base para o cálculo do justo valor de produtos agrícolas.

Metodologia

Para obtermos os dados pretendidos efectuamos um inquérito às empresas da amostra, tendo sido previamente testado em 12 empresas, de forma a garantir a sua viabilidade, sendo de seguida enviado às restantes empresas.

No tratamento dos dados utilizamos a análise da variância, tendo previamente a preocupação de examinar os pressupostos teóricos subjacente à sua utilização, tais como a homogeneidade das variâncias dos dados contidos na amostra através do teste Krush-Wallis.

Matematicamente, o modelo ANOVA utilizado denomina-se modelo da análise da variância, representado da seguinte forma:

$$Y_{ik} = \mu + \alpha_i + \varepsilon_{k(i)}$$

representando α o factor principal “Dimensão”, com $i = 1, 2, 3, \dots, 7$ para o factor α e $k = 1, 2, 3, \dots, n$ observações por célula. A parcela $\varepsilon_{k(i)}$ representa a parte aleatória do modelo, que se

presume seguir uma distribuição normal com média zero e variância constante, sendo μ o efeito comum à totalidade das observações e representando Y_{ik} a observação do critério a analisar.

Através deste modelo vamos averiguar a interacção entre o factor dimensão e o conhecimento e/ou utilização da IAS 41. Assim, iremos proceder à verificação da existência de diferenças significativas do conhecimento e utilização da IAS 41 entre as diferentes classes de dimensão em que as empresas se enquadram. Matematicamente, a hipótese a testar é a seguinte:

$$H_0 = \alpha_i = 0 \quad \text{com } i = 1, 2, 3, \dots, 7$$

O teste Kruskal-Wallis revela-se de extrema importância quando não se encontram reunidos os pressupostos da normalidade ou da igualdade das variâncias de forma a verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas nos parâmetros de localização central. Este teste baseia-se na soma das ordens dos grupos combinados por ordem crescente e representa uma alternativa não paramétrica à análise da variância (One-way Anova) ou ao teste F (paramétricos) sempre que os pressupostos destas estatísticas paramétricas não se verifiquem na distribuição das variáveis (Pestana e Gageiro, 2003; Johnson e Bhattacharyya, 2001).

Amostra Utilizada

A amostra utilizada neste estudo resultou de um subsector da actividade agrícola, mais propriamente do sector vitivinícola, com CAE 15931 - “Produção de Vinhos Comuns e Licorosos” (Rev. 2, conforme Decreto-Lei nº 182/93, de 14 de Maio, tendo entrado em vigor, em Portugal, desde 1 de Janeiro de 1994). Esta amostra foi obtida através do Instituto Nacional de Estatística, com desagregação geográfica do Continente. Assim, obtivemos uma amostra com 288 empresas do referido CAE. Contudo, excluímos 33 empresas por não estarem em actividade, donde resultou uma amostra alvo de 255 empresas.

Do inquérito efectuado às empresas em questão, obtivemos um grau de resposta na ordem dos 25%, correspondente a 64 respostas. Como se trata de um questionário enviado por correio, não existem “limites” ideais para determinarmos o tamanho ideal da nossa amostra. Assim, prosseguimos o nosso estudo com esta amostra reduzida⁵ de 64 empresas.

⁵ Utilizamos o termo “amostra reduzida” quando a amostra obtida é apenas uma parte da amostra alvo.

Com o intuito de formação das classes de dimensão consideramos simultaneamente dois dos principais critérios frequentemente mais utilizados, a saber, (i) volume de negócios e (ii) número de trabalhadores. Tendo em conta estes critérios para a fixação dos limites de cada classe, tivemos em consideração a Recomendação da Comissão Europeia 96/280/CE de 3 de Abril de 1996, relativamente à definição de pequena e média empresa, que estabelece como pequena empresa aquelas que detêm menos de 50 trabalhadores e um volume de negócios inferior ou igual a 7 milhões de Euros (Lisboa e Augusto, 2003: 137).

Contudo, este critério leva-nos a um pequeno número de classes com elevadas amplitudes, e tendo como objectivo analisar a influência da dimensão das empresas no conhecimento e utilização da IAS 41 e verificando que as empresas da nossa amostra eram essencialmente pequenas, resolvemos criar dentro do grupo das pequenas empresas quatro classes, ficando o grupo das médias empresas apenas com uma classe.

Depois de definidas as classes, só foram consideradas numa determinada classe de dimensão as empresas que cumpriam cumulativamente os dois critérios tidos em conta na definição de cada uma das classes. Assim, este critério levou a que a amostra final ficasse constituída por 43 empresas. No quadro 1 apresentamos a distribuição das empresas da amostra por classes de dimensão.

QUADRO 1 - Distribuição das empresas da amostra por classes de dimensão

Classes	Nº Empresas	% do Total
[0 - 150.000] e < 50 Trabalhadores	7	16,28
[150.001-7.000.000] e < 50 Trabalhadores	28	65,12
[7.000.001-25.000.000] e 50 <= N° Trabalhadores < 250	2	4,65
[25.000.001-40.000.000] e 50 <= N° Trabalhadores < 250	5	11,63
> 40.000.000 e N° Trabalhadores >= 250	1	2,33
Total	43	100

Nota: No volume de negócios utilizamos como unidade o euro.

Resultados

De seguida apresentamos os resultados obtidos através da metodologia descrita anteriormente, tendo sempre presente o objectivo deste trabalho que é o de averiguar se a dimensão da empresa influencia a utilização e/ou o conhecimento da IAS 41.

Relativamente à utilização da norma, não efectuamos qualquer tratamento estatístico uma vez que não obtivemos nenhuma empresa que utilizasse a norma nem que esteja a pensar utilizar a mesma brevemente.

No que diz respeito ao conhecimento da norma, recorremos às técnicas estatísticas já referidas, as quais se encontram resumidas no Quadro 2 (Anova). Assim, a hipótese a testar é a seguinte:

$$H_0 = \alpha_i = 0 \quad \text{com } i = 1, 2, 3, \dots, 7$$

QUADRO 2 – ANOVA

Conhecimento da IAS 41

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	1.100	4	.275	1.139	.353
Within Groups	9.179	38	.242		
Total	10.279	42			

Logo, podemos afirmar que não há diferenças significativas entre as diferentes classes de empresas no que diz respeito ao conhecimento da norma.

Retirando da nossa amostra uma classe (classe 5), uma vez que só existe uma empresa nessa classe, e ficando assim apenas com classes de pequena dimensão, recorremos novamente às técnicas estatísticas já referidas, as quais se encontram resumidas no Quadro 3 (Anova).

QUADRO 3 – ANOVA

Conhecimento da IAS 41

	Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Between Groups	.940	3	.313	1.298	.289
Within Groups	9.179	38	.242		
Total	10.119	41			

Donde inferimos novamente que não há diferenças significativas entre as diferentes classes de empresas no que diz respeito ao conhecimento da norma.

Conclusão

A preocupação e necessidades sentidas de informação financeira no sector agrícola conduziram à normalização contabilística do sector com a emissão da IAS 41 pelo IASB. Esta norma introduz como base de mensuração o justo valor para os activos biológicos e produtos agrícolas, não tendo sido consensual a sua utilização.

A União Europeia, desde a publicação da IAS 41 tem efectuado alguns esforços no sentido de alterar a quarta e sétima directivas de forma a acolher a mensuração ao justo valor.

Neste trabalho foi analisada uma amostra inicial de 255 empresas às quais foram enviadas inquéritos com o objectivo de averiguar se a dimensão da empresa influencia a utilização e/ou o conhecimento da norma, verificando que o sector em estudo é um sector constituído essencialmente por pequenas e médias empresa.

Dos resultados obtidos através da metodologia utilizada, concluímos que: (i) a dimensão da empresa não afecta a utilização da norma; e (ii) a dimensão da empresa não deve ser tomada como um factor determinante no conhecimento da norma.

Referências Bibliográficas

- Allatt, G.**, 2001: “Fair-Value Accounting: Examining the Consequences”, *Balance Sheet* 9, 22-25.
- Antão, A.**, 2000: “Alteração da Quarta e Sétima Directivas Comunitárias para o acolhimento do justo valor”, *Revisores & Empresas*, Nº 9, ABR/JUN, pp. 30-35.
- Barlev, B.; J. R. Haddad**, 2003: “Fair Value Accounting and the Management of the Firm”, *Critical Perspectives on Accounting* 4, Vol 14, (May), 383-415.
- Barth, M. E.**, 1994: “Fair Value Accounting: Evidence from Investment Securities and Market Valuation of Banks”, *The Accounting Review* 69 (January), 1-25.
- Bernstein, D. W.**, 2002: “Is Fair Value Accounting Really Fair?”, *International Financial Law Review*, London, Aug., Vol. 2, 17-24.
- Cabedo Samper, D.; J. M. Tirado Beltran**, 2003: “Como Extender el Valor Razonable a todas las Partidas de los Estados Financieros?”, *Técnica Contable* 651, Marzo, 18-26.
- Carqueja, H.**, 1995 : “Pequenos...Grandes Problemas? Valor Justo... o que é? ”, *Jornal do Técnico de Contas e da Empresa* 35 (Março), 70-71.
- Cea Garcia, J. L.**, 2000: “La Regulación Contable Española y el Modelo Normativo IASC”, *Partida Doble* 116 (Noviembre), 4-17.

- Churriaque, J. I. M.**, 2001: “Valor Razonable en las NIC: Perspectivas en España”, *Revista de Contabilidad, Auditoría y Empresa – Partida Doble* Nº 126, pp. 38-51, Octubre.
- Comissão Europeia, **CE**, 2000: *Exposure Draft E65*, “Agriculture”, Internal Market DG, Financial Services, Financial Information and Company Law, February, Brussels, In International Accounting Standards Board [Online] available at: <http://www.iasb.org.uk>, Novembro, 02.
- Conselho da Comunidade Económica Europeia, **CCEE**, 1978: “Contas Anuais de Certas Formas de Sociedade”, *Directiva 78/660/CEE*, aprovada em 25 de Julho (4ª Directiva), Bruxelas.
- , **CCEE**, 1983: “Contas Consolidadas”, *Directiva 83/349/CEE*, aprovada em 13 de Junho (7ª Directiva), Bruxelas.
- Cravo, D. J. S.**, 2005: Harmonização Contabilística – O Impacto das Normas IAS/IFRS na Economia Nacional e Comunitária, *XI Jornadas de Contabilidade e Fiscalidade*, 3 e 4 de Fevereiro, Lisboa.
- Eccher, E. A.; K. Ramesh; S. R., Thiagarajan**, 1996, “Fair Value Disclosures by Bank Holding Companies”, *Journal of Accounting and Economics*, 22 (August/December), 79-117.
- European Commission, **EC** (2001): “Altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE, 86/635/CEE e 91/674/CEE do conselho relativas às contas anuais consolidadas aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades, bancos e outras instituições financeiras e empresas de seguros”, *Directiva 2001/65/EC*, aprovada em 27 de Setembro, Bruxelas, [Online] available at: <http://europa.eu.int/eur-lex/en/consleg/pdf/en>, Novembro, 03.
- , **EC** (2003): “Altera as Directivas 78/660/CEE, 83/349/CEE e 86/635/CEE relativamente às regras de valorimetria aplicáveis às contas anuais e consolidadas de certas formas de sociedades bem como dos bancos e de outras instituições financeiras”, *Directiva 2003/51/EC*, aprovada em 18 de Junho, Bruxelas, [Online] available at: <http://europa.eu.int/eur-lex/en/consleg/pdf/en>, Novembro, 03.
- Fernandes, G.**, 2000: “Normas Internacionais de Contabilidade”, *Revista de Contabilidade e Comércio*, Nº 225, Vol. LVII, 1º Trimestre, pp. 169-189.
- Fernandes, J.**, 2003: “A Contabilidade pelo Justo Valor”, *Caderno de Formação Eventual da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, Formação realizada entre 13/10 e 03/11.
- Ferreira, R. F.**, 1998: O Justo (!) Valor, *Revisores & Empresa – Revista da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas*, nº 1, Abril/Junho, 22-24.
- Ferreira, R. F.**, 1999: *O Justo Valor em Gestão, Contabilidade e Fiscalidade*, Coleção Biblioteca de Gestão, 2ª Edição, Notícias Editorial, 87-90.
- González, I. J.; J. Herreras**, 2002: “Valor Razonable y Libro Blanco: Repercusiones Práticas”, *Partida Doble* nº 126, Septiembre, 78-89.

- Gonzalo Ângulo**, J. A., 2000: Criterios de valoración y mantenimiento del capital, **in** AECA, El Marco Conceptual para la Información Financiera – Análisis y Comentarios, coordinado por Jorge Tua Pareda, Madrid, 225-261.
- Hague**, I. P. N., 2000: “Fair Value, full information”, *CA Magazine* 133 (Jun/Jul), 34-35.
- International Accounting Standards Committee, **IASC**, 1999: Proposed International Accounting Standard Agriculture, *Exposure Draft E65*, “Agriculture”, July, London: IASC.
- , **IASC**, 2000: *International Accounting Standard, IAS 41*, “Agriculture”, December, London, tradução Portuguesa publicada pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, com a permissão do IASCF, 2003.
- Johnson**, R.A.; G. K., **Bhattacharyya**, 2001: *Statistics: Principles and Methods* (Fourth Edition, John Wiley & Sons, Inc., United States of America).
- Kell**, W. G.; D. E. **Kieso**; **Weygandt**, 1996: *Accounting Principles* (John Wiley & Sons, 4ª Edição).
- Lara**, L. C.; M. S. M., **Naviera**, 2000: “Normas internacionais para la actividad agrícola: aplicación del valor razonable”, *VIII Congresso de Contabilidade e Auditoria*, Aveiro, Portugal.
- , 2001: “La reforma de la IV y VII Directiva: introducción del valor razonable en la normativa contable europea”, *Revista del profesional de la Contabilidad – Técnica Contable*, Año LIII, Nº 628, pp. 303-308, Abril.
- Lisboa**, J.V.; M. G., **Augusto**, 2003: “Dimensão e rendibilidade: o caso das empresas da indústria transformadora portuguesa”, *Estudos de Gestão – Portuguese Journal of Management Studies*, Volume VIII, nº2, pp. 131-143.
- Nelson**, K. K., 1996: “Fair Value Accounting for Commercial Banks: Na Empirical Analysis of SFAS No. 107”, *The Accounting Review* 71 (April), 161-182.
- Pestana**, M.H.; J. N., **Gageiro**, 2003: *Análise de dados para Ciências Sociais: A Complexidade do SPSS* (3ª Edição revista e Aumentada, Edições .Sílabo, Lda., Março, Lisboa).
- Petroni**, K.; J. M., **Wahlen**, 1995: “Fair Value of Equity and Debt Securities and Share Prices of Property-liability Insurance Companies”, *Journal of Risk and Insurance*, 62 (December), 719-737.
- Pires**, A. M.; F. P., **Rodrigues**, 2002: Um Novo Paradigma Valorimétrico: O Declínio do Custo Histórico, *Revisores & Empresas – Revista da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas* 17, Abril/Junho, 43-52.
- Prinsloo**, A., 2001: “Accounting” *Accountancy*, Johannesburg, April, 29-30.
- Rodríguez Barea**, J., 2004: “La Aplicación del Valor Razonable en la Actividad Agrícola Ganadera la NIC 41”, *Técnica Contable*, enero, nº 660, pp. 36-40.
- Schiller**, R. J., 2004: “Quão Corruptos são os Mercados de Capitais dos EUA?”, *Diário Económico* nº 3290, Lisboa, 8 de Janeiro.

Wahlen, J. M.; J. R. Boatsman; R. H. Herz; G. J. Jonas; K. G. Papelu, 2000: “American Accounting Association’s Financial Accounting Standards Committee: Response to the FASB Preliminary Views: Reporting Financial Instruments and Certain Related Assets and Liabilities at Fair Value”, *Accounting Horizons* 14 (December), 501-508.

Wilson, A., 2001: “Fair Value and Measurement: Where the conflicts Lie”, *Balance Sheet* 9, 26-33.